

**Direito Constitucional**

1. Podem ser extraditados, em determinadas circunstâncias, os brasileiros nascidos
- (A) na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país.
  - (B) no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
  - (C) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, residentes na República Federativa do Brasil e que tenham optado pela nacionalidade brasileira.
  - (D) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, registrados em repartição brasileira competente.
  - (E) em países de língua portuguesa que, cumpridos os requisitos constitucionais, tenham adquirido a nacionalidade brasileira.
2. De acordo com o modelo de repartição de competências adotado pela Constituição Federal, pode-se afirmar que
- (A) é permitido à União renunciar, em favor dos Estados-membros, ao exercício de competência que lhe foi outorgada pela Constituição Federal.
  - (B) cabe também aos Municípios o exercício das competências materiais comuns conferidas à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal.
  - (C) aos Estados-membros não foram conferidas competências materiais privativas.
  - (D) lei complementar federal pode autorizar os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
  - (E) no campo das competências legislativas, cabe ao Distrito Federal exercer somente aquelas conferidas aos Municípios.
3. Segundo a Constituição Federal e a jurisprudência predominante sobre o processo legislativo,
- (A) projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República não pode ser emendado pelas Casas do Congresso Nacional.
  - (B) a sanção presidencial convalida o vício de iniciativa de projeto de lei apresentado por membro do Congresso Nacional que verse sobre matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República.
  - (C) os Governadores de Estados-membros não podem editar medidas provisórias.
  - (D) solicitada urgência para apreciação de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, cada Casa do Congresso deve manifestar-se no prazo de 45 dias, prazo esse que não se aplica aos projetos de Código.
  - (E) cabe ao Congresso Nacional aprovar ou rejeitar medida provisória de modo integral, sendo vedada sua aprovação com alteração do texto original.
4. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente
- (A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração Indireta.
  - (B) os conflitos de competência entre os Tribunais de Justiça dos Estados.
  - (C) os mandados de segurança contra Ministros de Estado.
  - (D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.
  - (E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
5. De acordo com a disciplina constitucional da Defensoria Pública é INCORRETO afirmar que
- (A) cabe à Lei Complementar da União prescrever normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados.
  - (B) aos defensores públicos foi assegurada a garantia da inamovibilidade.
  - (C) cabe aos Estados-membros estabelecer os limites do exercício da advocacia fora das atribuições institucionais dos defensores públicos.
  - (D) às Defensorias Públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.
  - (E) às Defensorias Públicas cabe a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
6. Cabe ao Supremo Tribunal Federal editar súmula com efeito vinculante
- (A) a respeito da validade, interpretação e eficácia de normas determinadas, cumpridos os demais requisitos constitucionais.
  - (B) após reiteradas decisões judiciais sobre matéria constitucional ou infraconstitucional que acarrete grave insegurança jurídica.
  - (C) em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal e estadual, mas não à municipal.
  - (D) desde que aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
  - (E) cujo descumprimento pelo Poder Judiciário pode ser objeto de impugnação apenas por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
7. Considerando a disciplina constitucional e legal da arguição de descumprimento de preceito fundamental, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema,
- I. compete ao Ministro Relator ou ao Tribunal Pleno, conforme o caso, deferir medida liminar consistente na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos das decisões judiciais, salvo se decorrentes da coisa julgada;
  - II. as partes que participaram dos processos que ensejaram a arguição não podem ser ouvidas pelo Supremo Tribunal Federal;
  - III. a petição inicial não pode ser admitida quando houver qualquer outro meio de sanar a lesividade ao preceito fundamental em questão;
  - IV. nos processos de caráter urgente, o representante do Ministério Público não será ouvido pelo Supremo Tribunal Federal antes de proferida a decisão final;
  - V. lei federal, estadual e municipal, ainda que não estejam em vigor, podem ser objeto de arguição.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, II e V.
  - (B) I, III e V.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II, IV e V.
  - (E) III, IV e V.



8. Como decorrência da autonomia dos Estados-membros e Municípios e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

- (A) cabe apenas a eles a edição de lei aprovando sua incorporação, fusão ou desmembramento.
- (B) as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais não são obrigadas a seguir o modelo federal no que toca à iniciativa privativa do chefe do Executivo para propor projetos de lei.
- (C) as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais não estão vinculadas às principais diretrizes do processo legislativo federal.
- (D) a intervenção federal ou estadual fundada em descumprimento de pagamento de precatório judicial não pode ser decretada se o descumprimento for involuntário e não intencional.
- (E) cabe a eles a exploração do serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, que deverá ser prestado mediante assinatura de acordos de cooperação entre os entes federativos envolvidos.

9. Dentre os princípios da Seguridade Social encontra-se o da

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento, o que significa que todas as ações abrangidas pela seguridade social independem de contraprestação do beneficiário.
- (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais, ainda quando o sistema de contribuição de cada qual seja distinto.
- (C) irredutibilidade do valor dos benefícios, de modo que os índices de atualização monetária dos valores das contribuições devem também ser aplicados aos valores dos benefícios.
- (D) criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço da seguridade social independentemente de indicação da correspondente fonte de custeio total.
- (E) diversidade da base de financiamento, de modo que a seguridade social seja financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das contribuições previstas na Constituição Federal e legislação com ela conforme.

10. Dentre as normas constitucionais que asseguram o direito à educação prestada pelo Poder Público encontra-se aquela que prevê

- (A) o ensino fundamental obrigatório e gratuito, salvo para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (B) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente fora da rede regular de ensino.
- (C) o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (D) progressiva universalização do ensino fundamental em período integral.
- (E) a prestação do ensino religioso, de matrícula obrigatória no ensino fundamental.

### Direito Administrativo

11. O Estado do Pará desapropriou 7 (sete) quadras em determinado bairro a fim de promover a interligação do sistema viário local com uma rodovia interestadual, no intuito de reduzir o fluxo de veículos que transitavam na região, em especial os de grande porte, que realizavam o transporte de cargas pesadas para outros municípios. Não obstante a conclusão dos processos de desapropriação, a obra nunca chegou a ser implantada. Passados alguns anos, o Poder Público Estadual identificou que, em razão do aquecimento do mercado imobiliário na região, ocorreu sensível valorização dos imóveis. Pretende, desta forma, alienar onerosamente os imóveis, já tendo, inclusive, obtido autorização legislativa para tanto. A pretensão do Governo Estadual neste caso é

- (A) inconstitucional, uma vez que o Estado é obrigado a manter a finalidade indicada no decreto de declaração de utilidade pública ou a dar outra destinação de interesse público aos imóveis incorporados ao patrimônio público.
- (B) constitucional, uma vez que o Estado não pode ser obrigado, passados cinco anos desde a edição do decreto de declaração de utilidade pública, a manter em seu patrimônio bens públicos que não têm potencial de aproveitamento.
- (C) constitucional, desde que seja respeitado o direito de preferência de cada expropriado para aquisição do imóvel que lhe pertenceu, nos termos da legislação civil.
- (D) inconstitucional, porque o encaminhamento do anteprojeto de lei para obter autorização normativa para alienação consubstanciou-se em desvio de finalidade, configurando, em favor dos expropriados, direito de retrocessão.
- (E) constitucional, sendo dispensável oferecer os imóveis aos expropriados em preferência, visto que a alienação por meio de licitação possibilita maior valia e o Poder Público não pode ser compelido a receber quantia menor pelos bens públicos.

12. O Poder Público Estadual quer incentivar a recuperação e o restauro de igrejas que tenham reconhecido valor histórico. Há recursos orçamentários e financeiros para a realização da proposta, mas a execução e a gestão das obras nos diversos municípios envolvidos tornariam a tarefa inexecutável. Por esta razão, o Poder Público deverá

- (A) celebrar convênios com os municípios onde estejam localizadas as igrejas relacionadas, de forma que disponibilize aos municípios o conhecimento técnico e os recursos necessários à realização das obras, cabendo a estes a contratação e execução dos serviços, prestando contas na forma descrita no documento.
- (B) celebrar contrato com os municípios interessados, com dispensa de licitação, facultando-lhes a subcontratação de parte dos serviços até o limite legal.
- (C) contratar, em conjunto com cada um dos municípios interessados, empresa pública especializada na realização dos serviços, deixando a fiscalização das atividades a cargo dos municípios.
- (D) constituir empresa pública com propósito específico de desenvolvimento das atividades, empresa esta que poderá ser contratada pelos municípios interessados na realização dos trabalhos de recuperação e restauro.
- (E) constituir fundação de direito público à qual competirá a gestão e a contratação, nos diversos municípios envolvidos, dos trabalhos de recuperação e restauração.



13. Durante dia de visitas em uma penitenciária estadual foi deflagrada uma rebelião dos detentos que culminou com a morte de dois familiares de presos envolvidos no motim. No que concerne à responsabilidade disciplinada pelo artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, pode-se afirmar que o Estado, em relação aos familiares das vítimas,
- (A) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade subjetiva, se vier a ser demonstrada ação ou omissão culposa de seus agentes na condução das ações para contenção da rebelião.
  - (B) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de culpa por parte de seus agentes, embora não seja dispensável a demonstração do nexo de causalidade.
  - (C) não deve ser responsabilizado civilmente, conforme expressa disposição constitucional, uma vez que os danos foram causados por ato de terceiros, não por agentes estatais.
  - (D) não deve ser responsabilizado civilmente, uma vez que os danos foram decorrentes de caso fortuito.
  - (E) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, se vier a ser demonstrada ação ou omissão culposa de seus agentes na condução das ações para contenção da rebelião.
14. Determinado funcionário público estava sendo processado criminalmente, pela prática de ilícito penal, e administrativamente, pela prática de infração administrativa, decorrentes do mesmo ato por ele praticado. Sob o fundamento de insuficiência de provas da concorrência do réu para a infração penal praticada, foi ele absolvido no juízo criminal. Esta decisão
- (A) acarreta arquivamento do processo administrativo disciplinar, uma vez que este processo era prejudicial ao processo criminal.
  - (B) acarreta arquivamento do processo administrativo disciplinar se este ainda não tiver sido decidido em caráter definitivo, vez que ainda não ocorrida coisa julgada administrativa.
  - (C) não influencia o processo administrativo disciplinar, que prossigue para apuração da infração administrativa, uma vez que o fundamento da absolvição criminal foi a insuficiência de provas para o ilícito penal.
  - (D) não influencia o processo administrativo disciplinar porque em nenhuma hipótese a decisão proferida no processo criminal influencia o âmbito administrativo.
  - (E) acarreta a conclusão do processo administrativo disciplinar, que obrigatoriamente será decidido, no mérito, em favor do acusado.
15. Determinado Estado publicou edital de abertura de licitação para aquisição de móveis para guarnecer as escolas públicas de ensino fundamental instaladas em seu território. Outra decisão de governo culminou com a municipalização do ensino fundamental. O convênio que disciplinou a operacionalização da dita municipalização declarou ser de responsabilidade dos municípios guarnecer as escolas com os móveis e utensílios que se mostrassem necessários, o que seria avaliado somente quando do recebimento dos imóveis onde funcionam as atividades. Neste caso a Administração Pública Estadual
- (A) pode revogar a licitação, uma vez que não se mostra mais conveniente e oportuno realizar a despesa, vez que a providência será adotada pelos municípios quando do recebimento dos imóveis.
  - (B) deve anular a licitação em curso, uma vez que a conclusão do procedimento eivaria a contratação de vício de ilegalidade.
  - (C) pode prosseguir com a licitação, sub-rogando-se os municípios nos efeitos do contrato a ser firmado com o vencedor.
  - (D) pode anular a licitação em curso, vez que cessados os motivos para a aquisição dos bens.
  - (E) deve prosseguir com a licitação, uma vez que o início do procedimento impede a revogação, possibilitando apenas a anulação por vício de legalidade.
16. Nos termos do que prevê a Lei Federal nº 8.987/95, a concessão de serviços públicos extingue-se por diversas formas, sendo correto afirmar, neste tema, que a
- (A) encampação da concessão é implementada por meio da edição de decreto e tem lugar quando se verifica a inadimplência do concessionário.
  - (B) caducidade enseja a rescisão da concessão pela expiração do prazo fixado no contrato.
  - (C) anulação da concessão tem lugar somente quando o concessionário pratica infração contratual que também configure violação de dispositivo normativo, eivando a relação de vício de ilegalidade.
  - (D) reversão da concessão enseja o retorno ao poder concedente dos bens afetos ao serviço público somente nos casos em que tiver havido inadimplência do concessionário.
  - (E) falência do concessionário acarreta a extinção da concessão e, como consequência, a reversão ao poder concedente dos bens aplicados ao serviço objeto do contrato.
17. São tradicionalmente afirmados pela doutrina como atributos do ato administrativo
- (A) imperatividade e exigibilidade.
  - (B) executoriedade e vinculação.
  - (C) presunção de legalidade e vinculação.
  - (D) discricionariedade e executoriedade.
  - (E) presunção de imperatividade e de executoriedade.
18. As chamadas “empresas estatais” apresentam grande semelhança no regime jurídico que se lhes aplica. Para distingui-las é correto afirmar que as
- (A) empresas públicas são sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima.
  - (B) sociedades de economia mista admitem todas as formas societárias previstas em lei, com exceção da sociedade anônima.
  - (C) empresas públicas são sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, não admitindo comercialização de ações em bolsa.
  - (D) sociedades de economia mista são constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo o capital constituído por recursos públicos e particulares.
  - (E) empresas públicas têm o capital constituído por recursos provenientes da Administração Direta, não admitindo a participação de outros entes, ainda que da esfera pública.
19. Determinado terreno público foi irregularmente ocupado por famílias de baixa renda há cerca de 40 (quarenta) anos. Pretendendo a regularização dominial da área, a associação de moradores ingressou com ação de usucapião. Não obstante a decisão dependa de apreciação do Poder Judiciário, pode-se afirmar que
- (A) há possibilidade de êxito em razão da prova do tempo de ocupação e do caráter social da demanda.
  - (B) não há possibilidade de êxito em razão da imprescritibilidade dos bens públicos, que não podem ser usucapidos.
  - (C) não há possibilidade de êxito em razão da impenhorabilidade dos bens públicos.
  - (D) há possibilidade de êxito se comprovada a boa-fé dos ocupantes e a constância da ocupação.
  - (E) há possibilidade de êxito se a associação autora representar número de ocupantes suficientes para comprovar a posse justa e de boa-fé na totalidade da área descrita.



<p>20. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, estão incluídas no limite de despesas com pessoal as seguintes despesas, independentemente da forma como devem ser contabilizadas:</p> <p>(A) gastos com inativos custeados pela arrecadação de contribuições de segurados.</p> <p>(B) indenização por demissão de servidores ou empregados.</p> <p>(C) gastos com ativos e pensionistas, mas não com os inativos.</p> <p>(D) incentivos à demissão voluntária.</p> <p>(E) terceirização de mão-de-obra para substituir servidores e empregados públicos.</p>	<p>24. A prescrição da pretensão executória do Estado</p> <p>(A) regula-se pela pena aplicada ao crime, aumentada de um sexto para os condenados reincidentes em crime doloso.</p> <p>(B) não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(C) regula-se pela pena cominada ao crime, diminuída de metade se o condenado for menor de 21 anos de idade na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença.</p> <p>(D) tem por termo inicial o do início do cumprimento efetivo da pena privativa de liberdade imposta, ressalvados os casos de detração.</p> <p>(E) regula-se pela pena aplicada e pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Penal</b></p> <p>21. Para formação do nexa de causalidade, no sistema legal brasileiro, a superveniência de causa relativamente independente</p> <p>(A) exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se os fatos anteriores a quem os praticou.</p> <p>(B) exclui a imputação quando em concurso com outra concausa produz o resultado, atenuando-se a responsabilidade do autor pelo fato anterior.</p> <p>(C) exclui a imputação quando produz o resultado com restrição da responsabilidade de quem praticou o fato subjacente ao limite de sua responsabilidade material.</p> <p>(D) exclui parcialmente a imputação, tornando os autores responsáveis pelo fato subjacente no limite de suas responsabilidades.</p> <p>(E) não exclui a imputação do resultado superveniente.</p>	<p>25. O crime previsto no art. 129, § 3º do Código Penal – lesão corporal seguida de morte – preterdoloso, por excelência,</p> <p>(A) exige para sua caracterização que fique demonstrado que o agente não quis o resultado obtido com sua ação ou que esse lhe fosse imprevisível.</p> <p>(B) insere-se na categoria dos delitos qualificados pelo resultado e, portanto, não admite a forma tentada.</p> <p>(C) é punível ainda que a morte seja fruto do acaso ou imprevisível.</p> <p>(D) a assunção do risco do resultado exige a verificação da relação de causalidade formal e a imputabilidade plena do agente nas circunstâncias para a complementação do tipo penal.</p> <p>(E) é forma privilegiada de homicídio e por isso sujeito à jurisdição do Tribunal do Júri por se tratar de espécie de crime doloso contra a vida.</p>
<p>22. A previsibilidade do resultado mais grave do crime na hipótese de concurso de pessoas, quando um dos agentes quis participar de crime menos grave conduz, em relação a esse, à</p> <p>(A) aplicação da pena prevista para o resultado do crime na exata medida de sua culpabilidade.</p> <p>(B) diminuição da pena de 1/6 a 1/3 por se tratar de participação de menor importância qualquer que seja o resultado.</p> <p>(C) aplicação da pena prevista para o crime de que queria participar.</p> <p>(D) aplicação da pena prevista para o crime de que queria participar, aumentada até a metade.</p> <p>(E) diminuição da pena de 1/6 a 1/3 por se tratar de participação de menor importância desde que o resultado possa lhe ser imputado a título de culpa.</p>	<p>26. Tício ingressa em uma joalheria com o braço direito imobilizado. Escolhe um colar e não consegue preencher o cheque. Pede ao proprietário que de próprio punho escreva um bilhete num cartão da loja com os seguintes dizeres: “Querida, por favor entregue ao portador a importância de R\$ 2.000,00 em dinheiro”. Com esse cartão escrito pelo joalheiro, Tício pede ao seu motorista que vá ao endereço (da esposa do joalheiro) e volte com o dinheiro. A esposa do joalheiro recebe um cartão da joalheria, com a caligrafia de seu marido e entrega ao motorista de Tício a importância solicitada. Esse retorna à joalheria, o entrega a Tício que compra a jóia com o dinheiro do próprio joalheiro. A tipicidade desse crime corresponde</p> <p>(A) estelionato.</p> <p>(B) furto qualificado pela fraude.</p> <p>(C) furto simples.</p> <p>(D) apropriação indébita.</p> <p>(E) roubo.</p>
<p>23. As penas restritivas de direitos, postas em relação às penas privativas de liberdade, no sistema adotado pelo Código Penal brasileiro são</p> <p>(A) autônomas e aplicam-se cumulativamente quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado indicarem que essa cumulação seja necessária para prevenir e reprimir o crime.</p> <p>(B) subsidiárias e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 6 anos de reclusão para os crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.</p> <p>(C) autônomas e substitutivas qualquer que seja a pena aplicada para os crimes culposos.</p> <p>(D) autônomas e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 4 anos de reclusão.</p> <p>(E) subsidiárias e de aplicação cumulativa para os crimes culposos punidos com pena de reclusão até 4 anos.</p>	<p>27. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento determinado pelo art. 75 do Código Penal</p> <p>(A) é considerada para a concessão livramento condicional.</p> <p>(B) é considerada para o cálculo da prescrição da pretensão executória em caso de evasão do sentenciado.</p> <p>(C) não é considerada para a concessão de progressão ao regime mais favorável na execução da pena.</p> <p>(D) não deve ser considerada porque este artigo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e não há limite para o cumprimento de pena privativa de liberdade.</p> <p>(E) obriga o cumprimento integral em regime fechado da pena unificada independentemente do total das penas aplicadas.</p>



28. O constrangimento com intuito de obter favorecimento sexual que caracteriza o crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal)
- (A) não pode ter como vítima o homem.
  - (B) é qualificado se praticado pelo pai contra vítima menor de 14 anos.
  - (C) absorve a eventual violência de natureza leve utilizada em seu cometimento.
  - (D) pressupõe a condição de superioridade hierárquica ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função.
  - (E) é indiferente ao consentimento da vítima para caracterização do crime.
29. O agente que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem
- (A) não pratica crime de natureza alguma.
  - (B) pode ter a pena reduzida de 1/3 a 2/3 desde que primário e de bons antecedentes.
  - (C) equipara-se para todos os efeitos a quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo para consumo pessoal a droga.
  - (D) equipara-se a quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo para entregar a droga a consumo, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
  - (E) está sujeito a aplicação de pena de detenção de 6 meses a 1 ano, pagamento de 700 a 1.500 dias-multa, sem prejuízo de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso.
30. Para os efeitos do Código Penal em relação ao Estatuto do Idoso
- (A) prevalecerá sempre a idade de 60 anos – seja para o réu, seja para a vítima – a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
  - (B) variam os efeitos conforme a idade estabelecida em dispositivos do Código Penal, pois uns foram alterados pelo Estatuto do Idoso e outros não.
  - (C) prevalecerá sempre a idade de 70 anos – seja para o réu, seja para a vítima – a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
  - (D) prevalecerá sempre a idade de 65 anos – seja para o réu, seja para a vítima – a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
  - (E) consideram-se revogados no Código Penal todas as disposições anteriores que não contemplarem o novo conceito de idoso estabelecido pelo Estatuto.
- Direito Processual Penal**
31. O princípio da ampla defesa no processo penal, de acordo com a Constituição Federal, aplica-se a todos os brasileiros
- (A) sem distinção de qualquer natureza.
  - (B) e estrangeiros amparados por tratados de reciprocidade.
  - (C) natos.
  - (D) e estrangeiros residentes no país.
  - (E) em gozo de seus direitos políticos.
32. No âmbito do inquérito policial instaurado para apuração de crime contra os costumes, o direito ao contraditório pelo suposto autor é
- (A) limitadamente exercido, apenas com o direito de requerer diligências que serão realizadas ou não a juízo da autoridade.
  - (B) assegurado plenamente, pois a defesa da intimidade não pode se contrapor ao direito à liberdade.
  - (C) limitadamente assegurado, com direito exclusivo à participação na colheita de provas periciais.
  - (D) absolutamente vedado para asseguramento do direito à intimidade da vítima.
  - (E) assegurado sem qualquer restrição como garantia constitucional prevista no art. 5º, inc. LV.
33. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considera-se perempta a ação penal
- (A) quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos.
  - (B) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 30 dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
  - (C) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
  - (D) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir.
  - (E) quando houver perdão judicial.
34. Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, será observada a seguinte regra:
- (A) no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
  - (B) no concurso entre a justiça militar e a comum prevalecerá a da justiça castrense.
  - (C) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.
  - (D) firmar-se-á a competência pela prevenção, em qualquer caso.
  - (E) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.
35. A Lei nº 9.099/95 inaugura no sistema jurídico brasileiro a mitigação do princípio da indisponibilidade da ação penal e inclui a vítima na resolução dos conflitos penais. A tendência mundial simplificadora do procedimento criminal expressa no *consenso* amolda-se a qual categoria constitucional?
- (A) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
  - (B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou transação.
  - (C) Excepciona a regra do devido processo legal sendo, portanto, inconstitucional.
  - (D) O compromisso do Estado Brasileiro na resolução pacífica de controvérsias, contida no preâmbulo da Constituição Federal.
  - (E) O compromisso do Estado Brasileiro em promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



36. A Lei Antitóxicos (Lei nº 11.343/06) estabelece diminuição de pena no caso de agente primário, de bons antecedentes e que não se dedique às atividades criminosas ou integre organização criminosa. Em um processo de execução, cuja condenação de tráfico o sentenciado preenche os requisitos acima enumerados e que fora preso anteriormente à edição da lei, o defensor público deverá requerer a aplicação de *novatio legis in melius*
- (A) perante o juízo da Vara das Execuções Criminais independentemente do trânsito em julgado da decisão do processo de conhecimento.
- (B) perante o juízo da Vara de Execuções Criminais no caso de trânsito em julgado da decisão do processo de conhecimento.
- (C) perante o Tribunal, único competente para a decisão de diminuição de pena no processo de execução em andamento.
- (D) perante o juízo da condenação para não haver risco de supressão de instância.
- (E) para o Tribunal ou o juízo da Vara das Execuções Criminais, indistintamente, por força da imediatidade desta decisão.
- 
37. Na hipótese de julgamento pelo Tribunal do Júri, sendo a tese de autodefesa e defesa técnica unicamente a de negativa de autoria pelo acusado, afirmando-se os quesitos de materialidade e autoria, deverá o juiz
- (A) considerar prejudicado o quesito “o jurado absolve o acusado?”, votando imediatamente eventual qualificadora reconhecida na pronúncia.
- (B) reconhecida a absolvição pela resposta afirmativa ao quesito “o jurado absolve o acusado?” proceder a nova votação desse quesito.
- (C) dissolver o Conselho de Sentença, anulando a sessão de julgamento, sem proceder a nova votação dos quesitos.
- (D) reconhecida a absolvição pela afirmativa do quesito “o jurado absolve o acusado?” encerrar a votação, absolvendo o acusado, pois o júri pode livremente decidir contra a evidência dos autos.
- (E) reconhecida a absolvição pela resposta afirmativa ao quesito “o jurado absolve o acusado?” proceder a nova votação dos quesitos relativos à autoria e “o jurado absolve o acusado?”.
- 
38. Da sentença que impronuncia o réu por um dos crimes e desclassifica para o juízo comum o outro delito que era de competência do júri cabe recurso
- (A) de apelação quanto à impronúncia e recurso em sentido estrito quanto à desclassificação, devendo ser interpostos separadamente pelo sucumbente.
- (B) em sentido estrito quanto a ambas as situações.
- (C) de apelação que absorve as duas situações.
- (D) em sentido estrito quanto à impronúncia e de apelação quanto à desclassificação, devendo ser interpostos separadamente pelo sucumbente.
- (E) em sentido estrito quanto à desclassificação e a impronúncia tornou-se irrecorrível.
- 
39. No processo penal a defesa apresenta-se sob dois aspectos: defesa técnica e autodefesa. Há manifestação da autodefesa nos seguintes atos:
- (A) interrogatório, comparecimento no ato de produção de prova e possibilidade de recurso.
- (B) interrogatório, comparecimento à audiência de instrução e julgamento e possibilidade de recurso.
- (C) defesa preliminar, interrogatório e possibilidade de recurso.
- (D) defesa preliminar, interrogatório, comparecimento à audiência de instrução e julgamento.
- (E) defesa preliminar, interrogatório, comparecimento no ato de produção de prova e possibilidade de recurso.
- 
40. O preso também provisório, no âmbito do processo de execução de pena privativa de liberdade, formula pedido de progressão meritória de regime. O parecer do Ministério Público é o da inviabilidade da concessão por não contar o sentenciado com título executivo da pena. Qual é o argumento do defensor público?
- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para emitir parecer em processo de execução em relação ao preso também provisório.
- (B) Os presos provisórios têm assegurado o mesmo tratamento processual dispensado àquele definitivamente condenado.
- (C) Requerer a expedição e remessa da guia de recolhimento da condenação, verificando-se a presença dos requisitos objetivo e subjetivo da progressão.
- (D) Requerer a elaboração do cálculo para considerar a somatória da pena abstratamente prevista no processo que motivou a prisão cautelar.
- (E) Requerer a expedição de guia de recolhimento provisória.
- 
- Direito Civil**
41. Sobre o negócio jurídico, é lícito preconizar que
- (A) são nulos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) pode também ser anulado por dolo de terceiro, ainda que a parte a quem aproveite dele não tivesse ou devesse ter conhecimento; de todo modo, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- (C) o negócio anulável pode ser confirmado expressa ou tacitamente pelas partes, salvo direito de terceiro.
- (D) o negócio jurídico será nulo de pleno direito se ambas as partes procederem com dolo.
- (E) é anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.



<p>42. De acordo com a lei, o condomínio horizontal</p> <p>(A) também conhecido como condomínio edilício, é aquele que se constitui em certas aglomerações urbanas ou campestres, cercadas por muros e com portaria de entrada, com sistema de segurança próprio, com cobrança de taxa condominial e com regulamentos internos, com vias públicas nele situadas.</p> <p>(B) é constituído por meio de ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sendo caracterizado pela existência concomitante de áreas comuns e de uso privativo.</p> <p>(C) é aquele instituído pelos herdeiros sobre os bens imóveis deixados pelo <i>de cujus</i>.</p> <p>(D) somente pode ser dissolvido por ato entre vivos devidamente registrado no Cartório de Notas e Títulos com assinatura de pelo menos 4/5 de todos condôminos.</p> <p>(E) é figura jurídica desconhecida no direito brasileiro, de origem italiana, com muita similitude com o condomínio em edificações.</p>	<p>45. A prescrição</p> <p>(A) diferencia-se da decadência porquanto a primeira consiste na perda do direito material, ao passo que a segunda é a extinção do próprio direito de exigir o cumprimento do direito pleiteado.</p> <p>(B) impede que o credor receba a dívida por ela atingida e, caso o devedor, por engano, cumpra a prestação devida, terá ele direito de indenização.</p> <p>(C) contra uma pessoa continua a correr, após seu falecimento, contra o seu sucessor, ainda que este seja absolutamente incapaz.</p> <p>(D) não corre contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, exceto em tempo de guerra.</p> <p>(E) é interrompida por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.</p>
<p>43. De acordo com o Código Civil, NÃO podem se casar</p> <p>(A) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.</p> <p>(B) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.</p> <p>(C) os parentes afins em linha colateral.</p> <p>(D) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.</p> <p>(E) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.</p>	<p>46. Assinale a alternativa correta em relação ao Direito da Criança e do Adolescente.</p> <p>(A) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.</p> <p>(B) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível que uma criança cometa ato infracional.</p> <p>(C) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, desde que praticada por adolescente.</p> <p>(D) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, mesmo na condição de aprendiz.</p> <p>(E) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao ato infracional praticado por criança somente serão aplicáveis as medidas protetivas previstas no artigo 101 e, nos casos mais graves, de medidas socioeducativas de advertência e obrigação de reparar o dano.</p>
<p>44. Em nossa legislação pátria</p> <p>(A) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Entretanto, caso estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.</p> <p>(B) a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, na data de sua publicação.</p> <p>(C) a lei, sem exceção, terá vigor até que outra a modifique, revogue ou que ela caia em desuso.</p> <p>(D) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, sendo certo que, ao interpretá-la, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.</p> <p>(E) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a <i>vacatio legis</i>, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.</p>	<p>47. No que tange ao Direito das Obrigações, é correto afirmar que</p> <p>(A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, mesmo se outra coisa se estipulou.</p> <p>(B) a obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.</p> <p>(C) a obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.</p> <p>(D) nas obrigações de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor inadimplente, exceto se recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.</p> <p>(E) nas obrigações de dar coisa incerta, tratando-se de coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.</p>



<p>48. O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social, razão pela qual fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos, urbanos e semiurbanos, a toda pessoa com mais de</p> <p>(A) 65 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.</p> <p>(B) 60 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.</p> <p>(C) 65 anos, incluindo-se os serviços seletivos e especiais, ainda que prestados paralelamente aos serviços regulares.</p> <p>(D) 70 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.</p> <p>(E) 65 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, mesmo quando inexistir serviços regulares.</p>	<p>53. No âmbito da Justiça Federal, desde que respeitado o limite de sessenta salários mínimos, inclui-se na competência do Juizado Especial Cível, a ação</p> <p>(A) de desapropriação promovida pela União.</p> <p>(B) popular, em que for parte passiva a União.</p> <p>(C) de mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal.</p> <p>(D) por improbidade administrativa voltada contra servidor público federal.</p> <p>(E) para anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.</p>
<p>49. A capacidade de fato</p> <p>(A) da pessoa natural inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.</p> <p>(B) da pessoa moral inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.</p> <p>(C) é relativa entre os dezesseis e vinte e um anos de idade e absoluta a partir de então.</p> <p>(D) será absoluta a partir dos dezoito anos incompletos e não é perdida em razão do envelhecimento.</p> <p>(E) não se apura exclusivamente com base no critério etário.</p>	<p>54. Efetivada a medida cautelar, concedida liminarmente, a parte tem</p> <p>(A) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de preempção.</p> <p>(B) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de prescrição.</p> <p>(C) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de preclusão.</p> <p>(D) sessenta dias para propor a ação principal, se o autor for pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(E) sessenta dias para propor a ação principal, se o autor for o Ministério Público.</p>
<p>50. São anuláveis os negócios jurídicos</p> <p>(A) simulados, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(B) celebrados por pessoa absolutamente incapaz.</p> <p>(C) se não revestirem a forma prescrita em lei.</p> <p>(D) quando praticados em estado de perigo ou em fraude contra credores.</p> <p>(E) celebrados com dolo de uma das partes e nulos aqueles realizados sob coação que incute ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.</p>	<p>55. A sentença que julga procedente o pedido formulado em ação de conhecimento, aplicando fundamentos legais diversos daqueles apresentados na petição inicial, é</p> <p>(A) válida.</p> <p>(B) <i>ultra petita</i>.</p> <p>(C) <i>extra petita</i>.</p> <p>(D) <i>infra petita</i>.</p> <p>(E) inexistente.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual Civil</b></p> <p>51. Há possibilidade de o réu obter tutela jurisdicional ativa favorável, sem necessidade de valer-se da reconvenção, nas ações</p> <p>(A) de depósito e divisória.</p> <p>(B) de prestação de contas e depósito.</p> <p>(C) monitória e demarcatória.</p> <p>(D) divisória e monitória.</p> <p>(E) de prestação de contas e demarcatória.</p>	<p>56. A prova pericial</p> <p>(A) é obrigatória quando houver controvérsia sobre a matéria de fato discutida no processo.</p> <p>(B) vincula o juiz ao resultado da perícia, salvo quando ocorrer corrupção do perito.</p> <p>(C) é sempre dispensável quando ocorrer a revelia.</p> <p>(D) não se compatibiliza com o procedimento sumário.</p> <p>(E) é renovável se a matéria não estiver suficientemente esclarecida.</p>
<p>52. No Tribunal de Justiça, o relator, em decisão unipessoal, poderá</p> <p>(A) dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver contrária à jurisprudência predominante do próprio Tribunal.</p> <p>(B) negar provimento ao recurso, se este estiver contrário à jurisprudência do próprio Tribunal.</p> <p>(C) negar provimento ao recurso, se este estiver em confronto com a jurisprudência predominante de outros Tribunais de Justiça.</p> <p>(D) negar provimento ao recurso, se este estiver contrário à súmula de outro Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver contrária à súmula do próprio Tribunal.</p>	<p>57. Analise as seguintes afirmativas a respeito da citação nos procedimentos regulados pelo Código de Processo Civil:</p> <p>I. É ao juiz que compete verificar se é caso ou não de citação com hora certa, e não ao oficial de justiça.</p> <p>II. Não é válida a citação por edital publicado no juízo deprecante quando o réu não for localizado no juízo deprecado e estiver em lugar incerto e não sabido. A citação se faz unicamente no juízo deprecado.</p> <p>III. Vale a citação de pessoa jurídica feita por fax, se recebido pelo representante legal da ré.</p> <p>IV. A falta de menção do prazo para que seja considerada perfeita a citação por edital torna-a ineficaz.</p> <p>V. No procedimento sumário, o mandado de citação deverá consignar dia, hora e lugar da audiência e que nela deverá ser apresentada a defesa, sob pena de nulidade.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) V.</p>





58. Dentro do prazo fixado, em lei, para interposição da apelação, as partes ingressaram com petição requerendo a suspensão do processo para tentativa de acordo. Nesse caso,
- (A) cabe o pedido de suspensão, ainda que não haja o acordo.
  - (B) o pedido de suspensão depende do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.
  - (C) o pedido de suspensão não é correto, sem ou com o assentimento do juiz.
  - (D) o pedido de suspensão é correto, mas deverá ser provada a realização do acordo.
  - (E) o pedido de suspensão independe do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.
59. A reclamação
- (A) é cabível para o fim de obter a tutela jurisdicional negada no Tribunal de Justiça.
  - (B) não está prevista para determinar medidas adequadas à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) é cabível quando a decisão do Tribunal de Justiça for contrária à jurisprudência não sumulada do Supremo Tribunal Federal.
  - (D) comporta liminar para suspender o ato impugnado.
  - (E) não é cabível nos tribunais dos Estados-membros, ainda que a Constituição estadual a preveja.
60. A ação civil pública
- (A) comporta a formulação de pedido declaratório de inconstitucionalidade.
  - (B) pode ser promovida pelo Ministério Público em caso de ilegalidade do reajuste de mensalidades escolares.
  - (C) deve ser precedida necessariamente de inquérito civil, se ajuizada pelo Ministério Público.
  - (D) pode veicular pretensão que envolva contribuições previdenciárias.
  - (E) pode ser promovida por quem tem legitimidade para propor a ação popular.
- Direito Agrário**
61. O instituto por meio do qual a União pode transferir a posse de bens imóveis residenciais de seu domínio, para fins de utilização em programas de regularização fundiária de interesse social a cargo de entidades da Administração Pública é a
- (A) permissão de uso.
  - (B) concessão de direito real de uso.
  - (C) concessão de uso especial para fins de moradia.
  - (D) cessão.
  - (E) alienação.
62. A usucapião constitucional rural
- (A) prescinde de boa-fé ou de justo título.
  - (B) aplica-se a imóveis rurais com área não superior a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).
  - (C) consuma-se após o prazo de 10 (dez) anos ininterruptos.
  - (D) prescinde da utilização produtiva da terra.
  - (E) obriga ao pagamento de indenização ao proprietário.
63. Relativamente à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, é correto afirmar que
- (A) em se tratando de pessoas jurídicas, as limitações legais aplicam-se indistintamente àquelas estrangeiras autorizadas a operar no país e àquelas constituídas no Brasil mas sob controle estrangeiro.
  - (B) a aquisição de imóveis de qualquer extensão está sujeita à aprovação do Poder Executivo.
  - (C) a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras não poderá exceder a 1/4 (um quarto) da área do Município onde se situem.
  - (D) em hipótese alguma a pessoa estrangeira poderá adquirir imóvel rural com área maior do que 3 (três) módulos de exploração indefinida.
  - (E) a aquisição de áreas superiores a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida está sujeita à aprovação do Conselho de Segurança Nacional.
64. A função social da propriedade rural
- (A) é observada quando se levam em conta, exclusivamente, os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração fixados em lei, de sorte que toda propriedade produtiva automaticamente cumpre sua função social.
  - (B) deve levar em conta critérios estabelecidos constitucionalmente, tais como a proteção do meio ambiente e o bem-estar de proprietários e trabalhadores.
  - (C) é irrelevante para efeito de sujeição de imóveis rurais à desapropriação para fins de reforma agrária, que será decretada por ato do Poder Executivo Federal ou Estadual quando lhes convier.
  - (D) não encontra definição constitucional, que remete sua conceituação para sede de lei complementar.
  - (E) é conceito que não encontra previsão em norma jurídica, uma vez que corresponde à construção histórica de determinada sociedade e tem, assim, apenas dimensão sociológica.
65. O instituto do penhor rural diferencia-se da modalidade geral do penhor, entre outras razões, porque
- (A) compreende apenas coisas móveis.
  - (B) depende de registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
  - (C) nega ao seu titular o direito de seqüela.
  - (D) não pode ser instituído sobre frutos pendentes.
  - (E) não confere ao credor pignoratício a posse da coisa empenhada.
- Direito Ambiental**
66. Relativamente às competências constitucionais em matéria ambiental, é correto afirmar que
- (A) compete privativamente à União legislar sobre todos os aspectos do meio ambiente e o aproveitamento dos recursos naturais.
  - (B) no regime da Constituição de 1988 vigora a regra segundo a qual a lei estadual, se existente, prevalece sobre a lei federal.
  - (C) a preservação das florestas, da fauna e da flora é competência material comum da União, dos Estados e dos Municípios.
  - (D) tanto nas competências materiais comuns, quanto nas competências legislativas concorrentes, a atuação federal prevalece sobre a estadual, naquilo em que for geral.
  - (E) a disciplina das competências comuns é feita exclusivamente pela Constituição, excepcionando o papel reservado à Lei Complementar nesse particular.



<p>67. A área de reserva legal, em determinada propriedade rural,</p> <p>(A) não pode ser compensada com área de preservação permanente.</p> <p>(B) deverá ser delimitada de acordo com a livre conveniência do proprietário.</p> <p>(C) atenderá aos percentuais fixados pelo órgão ambiental competente, independentemente da localização do imóvel.</p> <p>(D) deverá ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis competente.</p> <p>(E) é fixada em função de acidentes geográficos especificados na legislação pertinente.</p>	<p>70. A responsabilidade civil daquele que explorar recursos minerais, por danos causados ao meio ambiente, é</p> <p>(A) objetiva e não implica a obrigação de recuperação da área degradada.</p> <p>(B) objetiva e deverá compreender a obrigação de recuperação da área degradada, na forma definida pelo órgão ambiental.</p> <p>(C) objetiva e subordinada às condutas praticadas pelo proprietário do imóvel.</p> <p>(D) subjetiva e depende da comprovação de que o dano foi causado por violação à autorização ou concessão de lavra.</p> <p>(E) subjetiva e depende de caracterização de conduta dolosa por parte do particular.</p>
<p>68. No curso do procedimento de licenciamento ambiental, pode o órgão ambiental licenciador determinar, como condição para a outorga da licença, que o empreendedor apoie a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral. Esta faculdade</p> <p>(A) pode ser exercida pelo órgão ambiental sempre que o empreendimento for de significativo impacto ambiental, com fundamento no EIA/RIMA, e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade deve ser proporcional ao impacto ambiental.</p> <p>(B) pode ser exercida pelo órgão ambiental em qualquer hipótese de licenciamento e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade deve ser proporcional ao impacto ambiental.</p> <p>(C) pode ser exercida pelo órgão ambiental sempre que o empreendimento for de significativo impacto ambiental, com fundamento no EIA/RIMA, e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade é livremente arbitrado pelo órgão ambiental.</p> <p>(D) pode ser exercida pelo órgão ambiental em qualquer hipótese de licenciamento e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade é livremente arbitrado pelo órgão ambiental.</p> <p>(E) depende de requerimento do empreendedor neste sentido e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade será fixado de comum acordo com o órgão ambiental, para minimizar os custos correspondentes.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Empresarial</b></p> <p>71. O credor de uma sociedade empresária</p> <p>(A) só pode cobrar seus créditos diretamente da pessoa jurídica, pois esta não se confunde com seus sócios.</p> <p>(B) pode cobrar seus créditos tanto da pessoa jurídica como dos sócios, diretamente e como regra, já que solidária a responsabilidade.</p> <p>(C) somente em caso de extinção da pessoa jurídica poderá cobrar seus créditos dos sócios, já que nesse caso desaparece o patrimônio da sociedade.</p> <p>(D) deverá cobrar seus créditos da pessoa jurídica e, subsidiariamente, poderá pedir a desconsideração de sua personalidade jurídica nos casos previstos em lei, para requerer a responsabilidade pessoal dos sócios.</p> <p>(E) apenas quando se tratar de sociedade em nome coletivo poderá cobrar seus créditos diretamente dos sócios, solidariamente com a sociedade.</p>
<p>69. “A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (Lei nº 9.433/97, art. 1º, II). Este dispositivo legal, ao afirmar o valor econômico de recurso natural e permitir, por conseguinte, a cobrança pelo seu uso, dá concreção ao princípio ambiental</p> <p>(A) da prevenção.</p> <p>(B) da ubiquidade.</p> <p>(C) da precaução.</p> <p>(D) da responsabilidade civil.</p> <p>(E) do poluidor-pagador.</p>	<p>72. Por ser o cheque uma ordem de pagamento a vista,</p> <p>(A) é ilegal a emissão de cheque pós-datado, que não gera qualquer efeito jurídico ao emitente ou ao beneficiário.</p> <p>(B) embora a pós-datação não produza efeito cambial, pode gerar efeitos reparatórios civis se a data futura não foi obedecida pelo beneficiário, por lesão à boa-fé objetiva.</p> <p>(C) como a pós-datação não produz efeito cambial, também não pode gerar efeitos reparatórios civis se a data futura não for obedecida pelo beneficiário.</p> <p>(D) a pós-datação gera efeitos cambiais, por isso sendo obstada a apresentação do título a pagamento antes da data futura aposta.</p> <p>(E) o postulado da questão é parcialmente verdadeiro, pois a natureza do cheque permite que seja tanto uma ordem de pagamento a vista como um título de crédito a prazo.</p>



73. Quanto ao estabelecimento, atente às três postulações seguintes:

- I. O adquirente do estabelecimento não responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não, exceção feita aos débitos fiscais.
- II. Seu conceito é o de tratar-se de todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- III. Salvo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

É correto afirmar que SOMENTE

- (A) o item I é verdadeiro.
- (B) o item III é verdadeiro.
- (C) os itens I e II são verdadeiros.
- (D) os itens I e III são verdadeiros.
- (E) os itens II e III são verdadeiros.

74. Nos contratos de crédito bancário,

- (A) são livres os juros remuneratórios, limitada a taxa de comissão de permanência, em caso de inadimplência, aos juros contratados, e a multa moratória a 2% mensais nas relações consumeristas.
- (B) são livres os juros remuneratórios, bem como a taxa de comissão de permanência, limitada a multa a 10% mensais, em qualquer caso.
- (C) os juros remuneratórios obedecem ao limite de uma taxa diária do Banco Central, bem como a comissão de permanência; a multa moratória não pode ultrapassar 2% mensais, nas relações de consumo.
- (D) os juros remuneratórios são limitados a 1% ao mês, bem como a comissão de permanência, com multa moratória de 2% mensais nas relações de consumo.
- (E) os juros remuneratórios são livres, é potestativa a comissão de permanência, que não pode ser cobrada, e a multa moratória limita-se em qualquer caso a 2% mensais.

75. Em relação ao título de crédito, examine as asserções seguintes:

- I. Trata-se de documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, só produzindo efeito quando preenchidos os requisitos legais.
- II. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- III. O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, ainda que parcial.

Delas se extrai que

- (A) o item I é verdadeiro, bem como o item III, sendo falso o item II, pois o negócio jurídico será válido, mesmo despedido de sua validade como título de crédito.
- (B) o item I é verdadeiro, bem como o item II, sendo falso o item III, por ser vedada a concessão de aval parcial.
- (C) o item I é verdadeiro, sendo falsos os itens II e III, pois o negócio jurídico será válido, mesmo despedido de sua validade como título de crédito e, quanto à garantia do pagamento do título de crédito, é vedada a concessão de aval parcial.
- (D) o item I é falso, pois o exercício do direito é literal mas sempre vinculado a causas subjacentes, sendo verdadeiros os itens II e III.
- (E) os itens I, II e III são falsos.

### Direito do Consumidor

76. No Brasil, a defesa do consumidor

- (A) é matéria reservada ao legislador federal, o qual, segundo a Lei Maior, somente o protegerá nas hipóteses de comprovada hipossuficiência econômica.
- (B) é cláusula pétrea.
- (C) encontra-se regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, a qual fundamenta-se no princípio da responsabilidade objetiva do profissional liberal em razão do risco da atividade.
- (D) encontra-se regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, a qual se aplica a todos os ramos de atividades, exceto a exercida pelas instituições financeiras, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) prevista pelo Código de Defesa do Consumidor não se aplica à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes, haja vista a não caracterização de relação de consumo.

77. No Direito consumerista, os contratos de

- (A) adesão são aqueles cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas pelo fornecedor de produtos ou serviços após ter discutido com o consumidor substancialmente a respeito de seu conteúdo.
- (B) adesão serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será superior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- (C) adesão relacionados ao sistema de consórcio de produtos duráveis podem prever cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, sendo obrigatória a devolução de parcelas pagas, e vedada a compensação dos prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.
- (D) compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, somente poderão ser expressos em moeda corrente nacional.
- (E) compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações poderão prever cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado, desde que redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

78. Assinale a alternativa que representa os ditames do Direito consumerista em vigor.

- (A) A massa falida, por ser ente despersonalizado, não se enquadra no conceito legal de fornecedor.
- (B) Uma grande e próspera multinacional, ao adquirir produtos e serviços, não pode ser considerada consumidora, ainda que a aquisição seja na condição de destinatário final, porquanto lhe falta o requisito da hipossuficiência econômica.
- (C) Produto é qualquer bem imóvel ou móvel, desde que corpóreo.
- (D) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (E) Os entes despersonalizados que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços também são considerados fornecedores.



79. Analise as seguintes proposições:

- I. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de dolo ou culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- II. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- III. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.
- IV. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- V. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

A proposição

- (A) I está incorreta, porquanto a responsabilidade do fabricante, do produtor, do construtor, nacional ou estrangeiro, e do importador depende da existência de dolo ou culpa.
  - (B) II está correta, porquanto a responsabilidade do fornecedor de serviços será apurada mediante a verificação da culpa.
  - (C) III está correta, porquanto a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é objetiva e, portanto, independe da verificação de culpa.
  - (D) IV está incorreta, porquanto a lei consumerista somente confere ao consumidor o direito de exigir a substituição integral do produto viciado e não a substituição das partes viciadas.
  - (E) V está correta e de acordo com o sistema preconizado pelo Direito consumerista, na medida em que os órgãos públicos ou as empresas ali mencionadas também se enquadram no conceito legal de fornecedor.
80. São válidas as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que
- (A) estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
  - (B) imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor.
  - (C) determinem a utilização facultativa de arbitragem.
  - (D) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço, ainda que de maneira unilateral.
  - (E) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

### Direitos Humanos

81. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 inova a concepção de direitos humanos porque universaliza os direitos
- (A) civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, conferindo-lhes paridade hierárquica.
  - (B) enunciados na Declaração francesa de direitos humanos, assegurando globalmente direitos civis e políticos e conferindo-lhes supremacia.
  - (C) enunciados na Declaração do Povo Trabalhador e Explorado, assegurando globalmente direitos econômicos, sociais e culturais, conferindo-lhes supremacia.
  - (D) civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, conferindo maior hierarquia aos direitos civis e políticos.
  - (E) enunciados na Declaração americana de direitos humanos, assegurando globalmente direitos de solidariedade e conferindo-lhes supremacia.
82. A Declaração Universal de Direitos Humanos
- (A) apresenta força jurídica vinculante, seja por constituir uma interpretação autorizada do artigo 55 da Carta das Nações Unidas, seja por constituir direito costumeiro internacional, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de qualquer Estado.
  - (B) não apresenta qualquer força jurídica vinculante, consagrando a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado.
  - (C) apresenta força jurídica vinculante, seja por constituir uma interpretação autorizada do artigo 55 da Carta das Nações Unidas, seja por constituir direito costumeiro internacional, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser pessoa.
  - (D) não apresenta qualquer força jurídica vinculante, consagrando a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado membro da ONU.
  - (E) apresenta força jurídica vinculante, por constituir uma interpretação autorizada das modernas Declarações de direito, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado membro da ONU.
83. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece a aplicação
- (A) progressiva de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios e, mediante Protocolo Facultativo, a sistemática de petições individuais e comunicações interestatais.
  - (B) progressiva de direitos civis e políticos, contemplando apenas o mecanismo de relatórios.
  - (C) imediata de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios, comunicações interestatais, petições individuais e investigações *in loco*.
  - (D) imediata de direitos civis e políticos, contemplando apenas o mecanismo de relatórios.
  - (E) imediata de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios e comunicações interestatais e, mediante Protocolo Facultativo, a sistemática de petições individuais.



84. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais prevêm que estes direitos têm aplicação
- (A) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de dois anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.
  - (B) progressiva, estando condicionados à prévia implementação dos direitos civis e políticos, vedado o retrocesso social.
  - (C) imediata, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, permitido o retrocesso social com base na reserva do possível.
  - (D) progressiva, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, vedado o retrocesso social.
  - (E) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de cinco anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.
85. O acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional do sistema interamericano, é assegurado
- (A) apenas aos Estados-partes e à Comissão Interamericana, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.
  - (B) a todo e qualquer indivíduo, grupo de indivíduos e organização não-governamental, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.
  - (C) apenas aos Estados-partes e à Comissão Interamericana, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula obrigatória.
  - (D) a todo e qualquer indivíduo, grupo de indivíduos e organização não-governamental, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula obrigatória.
  - (E) apenas às organizações não-governamentais legalmente constituídas em um ou mais Estados membros da OEA, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.
- Direito Previdenciário**
86. São segurados obrigatórios do regime geral de previdência social:
- (A) a dona de casa e o estudante, desde que maiores de 16 (dezesseis) anos de idade.
  - (B) os servidores públicos autárquicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em Municípios que tenham instituído regime próprio.
  - (C) os trabalhadores autônomos, empresários e ministros de confissão religiosa.
  - (D) os desempregados, nos 12 (doze) meses que se seguem à sua dispensa pela empresa.
  - (E) os consumidores de planos de previdência privada administrados por entidades abertas de previdência complementar.
87. Para o recebimento de auxílio-reclusão no regime geral de previdência social, é exigido pela legislação:
- (A) ter o segurado recolhido um mínimo de 12 (doze) meses de contribuições previdenciárias.
  - (B) ter o segurado recolhido um mínimo de 180 (cento e oitenta) meses de contribuições previdenciárias.
  - (C) que filhos menores de 16 (dezesseis) anos e cônjuge comprovem que dependiam economicamente do segurado preso ou recluso.
  - (D) prova trimestral de que o segurado permanece na condição de presidiário.
  - (E) prova de bom comportamento e exercício de trabalho na prisão pelo segurado.
88. Entre as diversas ações que integram o sistema de seguridade social brasileiro, está previsto que cabe garantir benefício mensal
- (A) de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de prova de exercício de trabalho ou contribuição previdenciária anteriores.
  - (B) de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, desde que o beneficiário comprove ter vertido um mínimo de contribuições previdenciárias anteriormente, já que todos devem contribuir para o financiamento do sistema.
  - (C) de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, independentemente de ter havido contribuição previdenciária anterior, mas desde que o beneficiário comprove ao menos ter trabalhado por um número mínimo de meses ao longo de sua vida, já que, sem trabalho, não pode haver proteção do sistema.
  - (D) de valor variável, sempre de acordo com as médias das contribuições previdenciárias pessoalmente vertidas, independentemente de se tratar de portadores de deficiência ou idosos e ainda que o benefício resulte em valor inferior ao do salário mínimo, já que se impõe a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.
  - (E) à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, no valor variável de um quinto do salário mínimo, para os que nunca contribuíram, e de pelo menos um salário mínimo para os que comprovem ter trabalhado e contribuído por um período mínimo de anos.
89. Constitui condição legal ao recebimento de aposentadoria por invalidez por segurado do regime geral de previdência social:
- (A) a verificação do estado de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo do SUS (Sistema Único de Saúde).
  - (B) ter havido a reunião de pelo menos 12 (doze) contribuições mensais, ressalvadas hipóteses excepcionais, entre as quais aquelas em que a incapacidade tenha decorrido de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.
  - (C) não se tratar de incapacidade decorrente de doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se à previdência social, mesmo que tal incapacidade tenha decorrido de mera progressão ou agravamento daquela doença ou lesão.
  - (D) a consolidação de lesões que resultem em sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia o segurado.
  - (E) a verificação do estado de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da empresa, nos casos em que esta disponha de serviço médico próprio ou em convênio.



<p>90. São receitas da seguridade social:</p> <p>(A) recursos provenientes apenas dos orçamentos de Estados, Distrito Federal e Municípios, mas não da União, a quem cabe apenas administrar o sistema.</p> <p>(B) contribuições do empregador, da empresa e da entidade a tanto equiparada por lei, incidentes exclusivamente sobre a folha de salários pagos a empregados, não incidindo contribuição sobre as demais remunerações porventura pagas a empresários, autônomos e cooperados.</p> <p>(C) contribuições de entidades legalmente qualificadas como beneficentes de assistência social, incidentes sobre a receita ou faturamento e as remunerações pagas aos respectivos empregados.</p> <p>(D) contribuições do trabalhador e dos demais segurados do regime geral de previdência social, inclusive quando beneficiários das aposentadorias concedidas por esse regime.</p> <p>(E) contribuições do empregador, da empresa e da entidade a tanto equiparada por lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, pagos à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.</p>	<p>93. Lei que fixa nova base de cálculo e majora as alíquotas do IPTU e do ITBI municipal, publicada em novembro de 2008 tem eficácia</p> <p>(A) a partir do primeiro dia do exercício de 2009.</p> <p>(B) a partir do primeiro dia do exercício de 2009 apenas para a nova base de cálculo do IPTU.</p> <p>(C) noventa dias a contar da publicação da nova lei.</p> <p>(D) noventa dias a contar da publicação da nova lei para base de cálculo e alíquota do ITBI e do primeiro dia do exercício de 2009 para base de cálculo e alíquota do IPTU.</p> <p>(E) noventa dias a contar da publicação da nova lei para base de cálculo e alíquota do IPTU e do primeiro dia do exercício de 2009 para base de cálculo e alíquota do ITBI.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Tributário</b></p> <p>91. Município institui contribuição de melhoria no valor de trezentos reais, para todos os contribuintes, em razão de obra pública de calçamento de vias públicas municipais realizada no exercício de 2008. Esta contribuição de melhoria é</p> <p>(A) devida, por ter por fato gerador obra pública.</p> <p>(B) devida, porque o Município tem direito a se reembolsar das obras públicas que beneficiam os moradores, sob pena de enriquecimento sem causa destes.</p> <p>(C) indevida, porque deveria ter sido cobrada antes da realização da obra.</p> <p>(D) indevida, porque obra de calçamento público não pode ser cobrada dos moradores.</p> <p>(E) indevida, porque não está sendo cobrada de maneira individualizada em razão da valorização imobiliária, deixando de considerar o <i>quantum</i> que cada imóvel teve de valorização em razão da obra pública.</p>	<p>94. Sobre competência constitucional em matéria tributária, é correto afirmar, EXCETO</p> <p>(A) a competência tributária é indelegável, inalienável, imprescritível, irrenunciável e inalterável.</p> <p>(B) a competência para instituição do ITR é da União, mas a capacidade poderá ser transferida aos Municípios que optarem pela arrecadação e fiscalização deste tributo, nos termos da lei.</p> <p>(C) a isenção equivale a incompetência tributária para instituir tributos sobre determinados fatos geradores, estando regulada na Constituição Federal.</p> <p>(D) a competência para instituição do ISS é municipal e do ICMS é estadual.</p> <p>(E) as competências para instituição de impostos são classificadas como legislativas exclusivas e não podem ter seu rol ampliado.</p>
<p>92. Em relação à imposição tributária e às convenções particulares, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em contrato de locação, poderá ser atribuída ao locatário a responsabilidade tributária pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel, a critério do locador.</p> <p>(B) A assunção de responsabilidade tributária em escritura pública de venda e compra pelo vendedor, basta para desobrigar o adquirente do pagamento de tributos incidentes sobre o imóvel, cujo fato gerador seja anterior à aquisição.</p> <p>(C) As partes podem convencionar em escritura pública acerca da responsabilidade tributária pelo recolhimento de imposto de transmissão <i>inter vivos</i>, tendo este contrato validade perante o fisco.</p> <p>(D) Em caso de responsabilidade solidária passiva, o fisco pode exigir a totalidade do crédito de qualquer dos codevedores, independente de acordo entre eles para que apenas um responda pelos débitos tributários.</p> <p>(E) Quando da aquisição de veículo automotor seminovo, o adquirente se exonera de dívida de IPVA anterior à aquisição quando assim convencionar com o vendedor, desde que este assumira a dívida por instrumento público.</p>	<p>95. Pode ser definido como hipótese de incidência de imposto e taxa, respectivamente,</p> <p>(A) serviços de qualquer natureza e exercício regular do poder de polícia.</p> <p>(B) transmissão de bem imóvel e serviço público específico e indivisível.</p> <p>(C) propriedade e serviço de comunicação.</p> <p>(D) serviço público específico e divisível e serviço de pavimentação.</p> <p>(E) serviço de comunicação e serviços de qualquer natureza.</p> <p style="text-align: center;"><b>Legislação referente à Defensoria Pública</b></p> <p>96. Comete violação a dever funcional o Defensor Público que</p> <p>(A) interpõe recurso contra decisão judicial desfavorável ao assistido, remetendo cópia à Entrância Especial, quando manifestamente não há fundamento para recorrer.</p> <p>(B) não interpõe recurso contra decisão judicial desfavorável ao assistido, mesmo havendo fundamento para fazê-lo, em virtude de considerá-lo inconveniente ao interesse do assistido, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, justificadamente.</p> <p>(C) não interpõe recurso contra decisão judicial desfavorável ao assistido, quando o recurso for manifestamente incabível, deixando de comunicar o fato ao Defensor Público Geral.</p> <p>(D) interpõe recurso contra decisão judicial desfavorável ao assistido, remetendo cópia à Entrância Especial, havendo fundamento para fazê-lo, sem obter todavia a prévia concordância do assistido com a interposição do recurso.</p> <p>(E) não interpõe recurso contra decisão judicial desfavorável ao assistido, mesmo havendo fundamento para fazê-lo, em virtude de o assistido haver renunciado expressamente ao direito de recorrer, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, justificadamente.</p>



97. A prerrogativa de o Defensor Público representar alguém judicialmente, independente de instrumento de mandato, se sujeita à limitação legal (LC Estadual nº 54/2006 e LC Federal nº 80/1994), de acordo com a qual, sem esse instrumento o Defensor não pode
- (A) propor ação civil pública.
  - (B) reconvir.
  - (C) arguir exceções.
  - (D) receber e dar quitação.
  - (E) receber intimação.
98. As autonomias funcional e administrativa, que a Constituição Federal assegura à Defensoria Pública, se materializam, dentre outros, na prática do seguinte ato:
- (A) nomeação direta pelo Defensor Público Geral dos Defensores Públicos aprovados no concurso de provas e títulos, observada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.
  - (B) dar posse aos Defensores Públicos aprovados no concurso de provas e títulos, observada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.
  - (C) aumento do número de cargos de Defensor Público por ato do Defensor Público Geral, quando proposto pelo Conselho Superior, considerando a conveniência administrativa e financeira da instituição.
  - (D) elaboração da sua folha de pagamento de acordo com as normas do seu peculiar interesse aprovadas pelo Conselho Superior.
  - (E) aquisição de bens e contratação de serviços, em qualquer circunstância, sem prévio procedimento licitatório.
99. O artigo 56, inciso XV, da Lei Complementar Estadual nº 54/2006 estabelece como prerrogativa do Defensor Público *"não ser constrangido, por qualquer forma e modo, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional"*, o que é uma manifestação da
- (A) garantia legal da estabilidade do Defensor Público;
  - (B) princípio constitucional da eficiência da Administração Pública.
  - (C) princípio constitucional da moralidade da Administração Pública.
  - (D) garantia constitucional da autonomia funcional da Defensoria Pública.
  - (E) garantia legal da independência funcional do Defensor Público.
100. Um Defensor Público do Estado do Pará que cometer um crime de homicídio em qualquer cidade desse Estado
- (A) será processado e julgado na forma da lei, com direito ao exercício efetivo da ampla defesa, e, se for condenado, cumprirá pena em dependência separada no estabelecimento ao qual for encaminhado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - (B) poderá ser preso em flagrante delito pela autoridade policial, mas, em qualquer circunstância, terá o direito de obter judicialmente a liberdade provisória para responder solto ao processo.
  - (C) poderá ser preso em flagrante delito pela autoridade policial, mas, se não o for, poderá ter a sua prisão decretada pelo Juízo da Vara do Júri, que é competente para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida.
  - (D) se for preso em flagrante pela autoridade policial ou tiver a prisão preventiva decretada judicialmente, ficará recolhido em prisão comum, até o julgamento definitivo da ação penal, em virtude do princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
  - (E) poderá ser preso em flagrante delito pela autoridade policial, mas, se não o for, não poderá depois ter a sua prisão preventiva decretada judicialmente, porque tem o direito de responder ao processo em liberdade.